



**ACÓRDÃO Nº 44/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11321/2018.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria de Estado da Casa Militar – SECM.

**4- Exercício:** 2017.

**5- Responsável:** Miguel Mouzinho Marinho (Ordenador de Despesa), Wilson Martins de Araújo (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Não Possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAD.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8208/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Casa Militar–SECM. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Regularidade. Quitação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Secretaria de Estado da Casa Militar**, relativa ao exercício 2017, no período de 01.01.2017 a 04.10.2017, de responsabilidade do **Sr. Wilson Martins de Araújo**, nos termos do art.71, II, da CF/88, art.40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, II da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III e art.188, § 1º, II da Resolução nº 04/02-TCE, em razão das restrições não sanadas contidas no relatório-voto;

**10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas da **Secretaria de Estado da Casa Militar**, relativa ao exercício 2017, no período de 05.10.2017 a 31.12.2017, de responsabilidade do **Sr. Miguel Mouzinho Marinho**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, I, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº 44/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Dar quitação ao Sr. Wilson Martins de Araújo**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Dar quitação ao Sr. Miguel Mouzinho Marinho**, nos termos do art. 23, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que proceda à instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.6. Determinar a Secretaria de Estado da Casa Militar** que:
- 10.6.1.** Mesmo sem estoque de material encaminhe a folha de Inventário do Estoque de Material, com o carimbo ou escrito NADA CONSTA;
- 10.6.2.** Não deixe de informar os ajustes em sua totalidade no E-Contas;
- 10.6.3.** Não faça despesa sem procedimento licitatório e a devida cobertura orçamentária e contratual (art. 2º, 62, da Lei 8666/93 e art.37, XXI, da CF/88).
- 11- Ata:** 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 4 de Fevereiro de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado), e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral, em substituição.